

1 e 2 de Presidente Venceslau e de Presidente Bernardes (Oeste Notícias, 31.12.99).

Nas duas primeiras, ocorreram dois assassinatos respectivamente, no mês de dezembro. Na terceira, inaugurada em 1990, ocorreu uma violenta rebelião, liderada por presos considerados perigosos, tanto por sua ascendência sobre a “massa carcerária”, quanto pelos laços que mantiveram com quadrilhas violentas. O assassinato dos dois líderes, ocorrido durante invasão da Polícia Militar, parece ter sido parte de uma estratégia repressiva previamente definida e não o resultado inesperado de um confronto.

O estopim dessa rebelião foi identificado pela imprensa na inusitada tentativa de invasão da penitenciária por um grupo armado, que pretendia resgatar um preso que ali cumpria pena. A operação não deu certo, tendo sido enfrentada pelos guardas que fazem a segurança das muralhas do presídio. Mas a ousadia da ação desperta apreensão, sobretudo porque invasões não são raras nos Distritos Policiais paulistanos, como costuma relatar a imprensa. Esses DPs, despreparados para alojar presos que já cumprem penas e superlotados, são conhecidos por sua precariedade e conseqüente insegurança. Estarão as penitenciárias interioranas adquirindo uma imagem de insegurança, talvez em função do cenário tranqüilo no qual foram inseridas? Nesse caso, o fracasso da referida tentativa de invasão pode ter desempenhado papel exemplarmente dissuasivo.

Procuramos apontar alguns poucos indícios já detectados e formular algumas das muitas questões não respondidas, que já sugerem a complexidade da nova realidade com que nos deparamos em função da presença das novas penitenciárias no Oeste Paulista, para falar apenas da realidade imediata que nos cerca.

Referências Bibliográficas

BENTHAM, Jeremy Panóptico - memorial sobre um novo princípio para construir Casas de Inspeção e, principalmente, Prisões. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 14, março, agosto, 1987, p. 199/229.

FISCHER, Rosa Maria e ADORNO, Sérgio “Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social”. CEDEC, fev./87. (mimeo)

GÓES, Eda Maria **A Recusa das Grades. Rebeliões nos presídios paulistas**: 1982/6. Assis, UNESP/FCL, 1991. (Dissertação de Mestrado)

VARELLA, Dráuzio **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras. 1999.

GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROPOSTAS EM DESENVOLVIMENTO NO LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA – DG/FCT/UNESP

Sérgio Braz MAGALDI¹
Raul Borges GUIMARÃES¹
Eliseu Savério SPOSITO¹
Encarnita Salas MARTIN²
Everaldo Santos MELAZZO²

Resumo: Nos últimos anos, o LAGHU abrigou e deu suporte a projetos de pesquisa cuja relevância e impacto social são evidentes. Destacamos as pesquisas realizadas com o suporte do Laboratório de Geografia Humana desde 1996: “**Mapa dos Assentamentos Rurais no Brasil**”, Bernardo M. Fernandes (org.); “**Censo Educacional dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema/SP**”, Bernardo M. Fernandes (coord.); e, “**Impacto Econômico das Unidades Universitárias da UNESP nos seus municípios-sede**”, projeto de âmbito estadual, cuja etapa relacionada à Presidente Prudente realizou-se sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio N. Hespanhol. A acumulação de experiências sob o enfoque da análise e do enfrentamento de situações de nítido contorno socioespacial, como as citadas acima, vêm capacitando os quadros de usuários, colaboradores e estagiários que participam das atividades permanentes e temporárias do LAGHU. Desenvolvem-se assim, experiências de atuação em áreas que são carentes em termos de formação de recursos humanos qualificados e ao mesmo tempo, demandantes em termos de novas oportunidades, potencialidades de investigação científica e exercício profissional. Nesse sentido, pode-se afirmar que o LAGHU vem conseguindo internalizar um conjunto de saberes e práticas que, aos poucos, configuram e consolidam um perfil técnico-científico especializado e um modo de atuação diferenciado, marcado por

¹ Professores dos Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295375; 018 2295388 ramal 5456. E-mail: depgeografia@prudente.unesp.br

² Professores dos Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295395.

projetos cuja natureza e objetivos estão intimamente associados às políticas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas, pesquisa em geografia humana, SIG.

1. Introdução

“Na sociedade capitalista, os futuros individuais dependem de projetos sociais, a grande maioria sonha com futuros que só podem se realizar se houver apoio, favorecimento, ajuda, compartilhamento, participação de outros”.

Paul Singer (1998)

Em 1996, a vitória eleitoral de uma nova orientação programática que assume o comando da administração municipal, conduz alguns segmentos e grupos da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP de Presidente Prudente, entre elas o Laboratório de Geografia Humana, a ampliar e a intensificar seus laços com o novo governo do município.

A construção de uma experiência bem sucedida de trabalho conjunto teve início. Partindo dos estudos que deram forma final a um projeto coordenado pelo LAGHU, os primeiros resultados desta nova parceria (LAGHU-UNESP/Prefeitura Municipal) permitiram que o poder público divulgasse à sua população os limites e a distribuição espacial das áreas de exclusão social da cidade. A proposta de Trabalho que resultou na elaboração do “**Mapa da Exclusão Social de Presidente Prudente (1997)**”, teve como elementos embaixadores e delineadores: a metodologia de apuração, dimensionamento e análise da exclusão social, desenvolvida pela assistente social Aldaíza Sposati, docente do Departamento de Serviço Social da PUC/SP, e o documento produzido pela equipe responsável do LAGHU, em parceria com a Divisão de Estudos Socioeconômicos da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, então dirigida pelo economista e docente da FCT/UNESP, Prof. Everaldo S. Melazzo. Assim, este documento intitulado: “Proposta teórico-metodológica de análise socioespacial em gestão municipal”, reuniu os princípios e os procedimentos necessários para que a equipe coordenada pelo geógrafo e docente da FCT/UNESP e atual coordenador do LAGHU, Prof. Raul B. Guimarães, produzisse o resultado cartográfico final (Mapa da Exclusão Social de Presidente Prudente, 1997) e a nota técnica que o acompanha, intitulada: “A exclusão social em Presidente Prudente e seu processo de mapeamento”. (Guimarães, R.B. - coord., Presidente Prudente, LAGHU/FCT/UNESP, 1997).

Avaliado pelo grupo de pesquisa do LAGHU como um importante instrumento de planejamento das ações de governo, portanto, de orientação e instrução para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, em diferentes escalas, níveis de atuação e das competências das diferentes secretarias municipais, o governo local não só encampou a proposta como solicitou que sua conclusão e divulgação se fizesse ainda no período dos cem primeiros dias de gestão – como forma de garantir sua efetividade enquanto instrumento de suporte às suas ações futuras.

Com relação a este mapa e a sua metodologia, a equipe de autores afirmava na nota técnica que relatava o seu processo de elaboração:

“(…) A construção do mapa foi resultado de informações sobre infraestrutura tais como a existência de rede de esgoto e água encanada, a existência de coleta de lixo e de características populacionais (escolaridade e renda). Para isto, foram selecionadas variáveis existentes no Censo Demográfico do IBGE de 1991 que pudessem expressar a condição de vida das famílias residentes em Presidente Prudente. Desta análise dos dados foram escolhidas sete (07) variáveis: chefes de família com renda de até um (01) salário-mínimo, chefes de família com nenhum ou com menos de um ano de instrução, número total de analfabetos, total de crianças de seis a catorze anos analfabetas, domicílios com canalização interna de água, domicílios ligados à rede geral de esgoto e domicílios com lixo jogado em terreno baldio. Além destas variáveis, também foi utilizada a distribuição da mortalidade infantil, obtida no Núcleo de Estudos de Mortalidade da FCT/UNESP. Os dados foram organizados num banco de dados por setor censitário da cidade e, a partir daí, geradas tabelas para cada uma das variáveis, ordenando-se os setores censitários da situação de pior condição de vida à melhor situação”. (Guimarães, 1997:04).

A repercussão deste trabalho pode ser medida através da sua utilização como instrumento de suporte, quer para a implantação, reformulação ou para o desenvolvimento de diferentes projetos levados a cabo pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (gestão 1997-2000), o que revela e comprova sua eficácia e efetividade. Listamos abaixo, os Projetos municipais, Campanhas, Conselhos, Serviços, órgãos e demais instâncias, entidades e instituições da sociedade prudentina, que têm utilizado o “Mapa da Exclusão Social” (1997) para instruir, subsidiar e promover suas ações:

1. Campanha “Volte Pró Ficar” (Ação Integrada - 1999). Campanha de mobilização envolvendo várias Secretarias Municipais, Conselhos, Ministério Público, Poder Judiciário, Redes Municipal e Estadual de Ensino, UNESP, imprensa, Associações de Bairros, Sindicatos, Central de Voluntários, educadores. Visando uma ação integrada de combate à evasão e à exclusão escolar, esta campanha procura dentre outros objetivos, detectar o perfil das crianças e adolescentes que abandonam o ensino fundamental, assim como os motivos que os levaram a esta situação, através de levantamento nos próprios domicílios destes jovens.
2. “Rede Local de Atenção à Criança e ao Adolescente” (Projeto integrado). Esta iniciativa procura superar a falta de articulação e complementaridade entre os vários programas, serviços e atendimentos prestados à criança e ao adolescente, pelos diferentes órgãos públicos. Também procura implantar um sistema de controle de qualidade dos serviços e atendimentos oferecidos.
3. Programa “Brasil Criança Cidadã – Projeto Vagalume” (SMAS). Projeto que procura cadastrar crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos que vivem da cata em lixões, promovendo a imediata desvinculação destes com a atividade, através de medidas que reforcem o vínculo escolar e as atividades em oficinas.
4. “Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar” (Secretaria Municipal da Assistência Social - SMAS). Programa inserido no plano de governo da atual administração, visa o enfrentamento da pobreza e da situação de abandono de crianças e adolescentes, assegurando-lhes o direito à educação. Em 1999, o programa atendia a 391 famílias.
5. Projeto “Jovem Cidadão” (SMAS). Voltado para jovens de baixa renda, na faixa etária de 12 a 18 anos, este projeto procura oferecer oportunidades de aquisição de conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários a sua atuação como cidadãos e futuros profissionais.
6. Projeto “Criança Cidadã” (SMAS). Atende crianças e jovens (7 a 14 anos) em situação de pobreza, através de atividades de complementação da formação escolar (aquisição de habilidades, atividades lúdicas, culturais, esportivas, melhoria da autoestima, das relações entre os jovens e suas famílias e entre os jovens e a escola). Visa também inibir o ingresso

precoce dos jovens no mercado de trabalho. Para tanto, o projeto conta com bolsas-escola e bolsas-estudo.

7. Projeto “Combate ao Analfabetismo para Jovens e Adultos” (Secretaria Municipal de Educação – SME). Visa identificar e cadastrar a população de jovens (acima de 14 anos) e adultos que não puderam efetuar estudos na idade regular, dando-lhes oportunidades apropriadas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e assim poderem exercer a cidadania. Também envolve atendimento oftalmológico, doação de óculos e atividades (palestras, cursos) voltados a temas da terceira idade.
8. Projeto “Central de Vagas de Educação Infantil” (SME). Organização, sistematização e informatização de dados sobre crianças e mães demandantes de vagas na rede municipal de educação infantil (pré-escolas). Definição de critérios de priorização de atendimento. Aumento da eficiência na capacidade de diagnosticar e planejar o atendimento. Aumento significativo na cobertura. Entre 1997 e 1999, mais de 2.800 vagas foram abertas na rede de ensino infantil do município.
9. “Programa de Saúde da Família de Presidente Prudente – PSFPP” (Secretaria Municipal de Saúde – SMS). Nesta iniciativa, o Mapa da Exclusão Social foi, particularmente, um importante instrumento utilizado para: a) definir as áreas urbanas prioritárias (setores internos aos bairros e trajetos prioritários para os atendimentos domiciliares) e b) dimensionar a população residente que veio a se constituir no principal público-alvo do programa. Além disso, dado o seu caráter intersetorial, o Mapa contribuiu para instruir os executores do PSFPP na definição das ações emergenciais e preventivas de saúde. Em 1999, 34% da população urbana total do município era coberta pelo PSFPP.
10. O Mapa também foi utilizado por várias outras instituições e fóruns da sociedade civil. Podemos ressaltar sua utilização como instrumento didático no Curso de Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente, bem como pelos Conselhos Municipais (Conselho Municipal do Orçamento Participativo, da Educação, da Assistência Social etc.), além de serem encontradas referências do uso deste em dissertações de mestrado, monografias de especialização e graduação.

A continuidade e o aprofundamento da parceria LAGHU/Prefeitura Municipal concretizou-se através do Termo Aditivo de 1998 ao Convênio de cooperação técnico-científica firmado entre a UNESP e a Prefeitura Municipal em 1997. Neste aditamento, detalharam-se as atividades conjuntas entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Presidente Prudente e o Laboratório de Geografia Humana da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Parceria que, portanto, preencheria uma das condições exigidas pela FAPESP, aos projetos

demandantes de financiamento no interior de sua nova linha de pesquisa (Programa Políticas Públicas).

Neste sentido é que, aprovado o projeto, a equipe de pesquisadores encontrou campo propício para o desenvolvimento da proposta, cujos resultados são apresentados sumariamente aqui.

2. Amadurecimento teórico da equipe - Notas sobre a exclusão social

É razoavelmente significativo o número de trabalhos acadêmicos existentes sobre a cidade de Presidente Prudente. A presença de três instituições de ensino superior, com cursos de graduação e pós-graduação é um elemento importante na geração de conhecimentos sobre diversos aspectos da realidade onde estão inseridas, através de monografias, dissertações, teses e demais tipos de relatórios de pesquisa.

A própria equipe de pesquisa responsável por este projeto conhece e até mesmo produz diferentes tipos de investigações. Porém, o desafio proposto no projeto "**Sistema de Informação para a Tomada de Decisão Municipal**" exigiu um redirecionamento teórico e empírico para a sua condução, baseado sobretudo na tentativa de um olhar integrador sobre diferentes mecanismos de produção das desigualdades sociais, econômicas e ambientais no interior de um espaço urbano determinado e mais, sobre as distintas e específicas maneiras com que estas desigualdades aparecem no conjunto da cidade.

Para além da busca de dados e variáveis que pudessem exprimir de maneira concreta e verossímil estas desigualdades, não poderíamos nos furtar a uma incursão na literatura, cada vez mais volumosa, que trata destes fenômenos e que nos inspiram de maneira direta e/ou indireta.

Assim, tão logo foi publicado, o estudo do PNUD/ONU (1996) sobre o Índice do Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros (inspirado na metodologia utilizada para a comparação entre países) despertou o interesse na medida em que utiliza 3 indicadores de qualidade de vida (renda per capita, anos de escolaridade e esperança de vida ao nascer) para gerar um indicador síntese que possibilita a comparação entre as unidades espaciais³.

Este foi um estudo importante na trajetória desta pesquisa em particular, na medida em que sinalizou o crescente interesse para a construção de indicadores de qualidade de vida que possibilitassem a comparação entre diferentes realidades.

³ O IDH varia entre 0 e 1. Assim, municípios classificados entre 0 e 0,5 possuem IDH baixo; entre 0,5 e 0,8 IDH médio, e entre 0,8 e 1 IDH alto. No caso de Presidente Prudente, o IDH atinge 0,76.

O conhecimento herdado do trabalho de elaboração do Mapa da Exclusão/inclusão social de 1997 também pôde ser reavaliado e aprofundado durante este trabalho. Porém, já naquele momento reconhecíamos a importância do trabalho precursor de Sposati (1996), mapeando a cidade de São Paulo.

De maneira participativa (na medida em que os dados foram obtidos através da aplicação de questionários por agentes da pastoral familiar) e utilizando-se de técnicas de produção de indicadores sociais bastante acessíveis, demonstrou a necessidade de um conhecimento detalhado das áreas urbanas, no sentido de desmascarar estas desigualdades e suas características e principalmente, para evitar discurso homogeneizador e/ou neutro sobre as diferenças territoriais. Neste trabalho, já comparece nitidamente, a concepção de que situações de exclusão (seja pessoal/individual, seja familiar) são decorrentes da superposição de carências de diferentes naturezas, tais como baixa escolaridade, desemprego, condições precárias de moradia e outras.

O trabalho de Nunes (1990) aponta justamente nesta direção ao analisar as diferenças conceituais entre necessidades, carência e pobreza. Enquanto a noção de necessidade remeteria a uma ambigüidade entre situações contingenciais e situações de imperiosidade, o conceito de carência seria mais preciso e remeteria à discussão das relações entre sujeitos que têm vontades de determinados objetos, a partir de valores e estruturas sociais que informam os desejos, as necessidades e seus julgamentos objetivos e subjetivos. Ou seja, as carências somente poderiam ser julgadas a partir do conhecimento do modo de vida e da estrutura social dos valores materiais e não materiais.

O conceito de pobreza, então, deve partir deste conhecimento prévio, distinguindo aqueles que alcançam dos que não alcançam um padrão histórico e socialmente aceito de bens materiais e simbólicos de cada sociedade.

Singer (1998) afirma que "*é sem dúvida incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída do tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau*" (p.63). Ao discutir as diferentes teorias das causas da exclusão social, o fator econômico aponta-se como determinante, reforçando assim não só a necessidade de conhecer suas diferentes manifestações, mas fundamentalmente de encará-las como uma situação relativa, onde a cada momento, se alteram as posições individuais e/ou familiares.

Martins (1997), por sua vez, chama a atenção do que para ele constitui-se o elemento mais importante nesta discussão: as novas formas de pobreza e de miséria, nas quais a tônica não é apenas sua manifestação na

forma de privação, mas fundamentalmente a desigualdade de condições e perspectivas para a sua superação.

Por isto mesmo é que este autor, fugindo do que considera “*a fetichização da idéia de exclusão*”, a seu ver extremamente economicista, constrói e propõe a noção de inclusão precária e instável. Na medida em que sempre existem laços que unem os indivíduos ao mercado (em seu sentido mais amplo) é preciso compreender a precarização cada vez mais intensa das relações sociais, que acabam por privar os seres humanos de direitos, atingindo sua cidadania.

A tradição dos estudos geográficos, que tomam como central o conceito de segregação, possui uma forte relação com o nosso percurso de territorializar variáveis e dados capazes de distinguir e diferenciar áreas segundo a composição social e/ou econômica da população que ali reside.

Uma ampla discussão sobre este conceito pode ser encontrada em Preteceille (1996), onde são analisadas as causas, os critérios de medição e as possibilidades de apreensão das profundas diferenciações que assumem um lugar de destaque nas cidades contemporâneas, nas quais as manifestações territoriais das desigualdades alteram a própria divisão social do espaço.

Sachs (1998) é um dos autores que chama a atenção desta equipe de pesquisa quando torna-se evidente a aproximação entre os fundamentos e proposições ali apresentados e os princípios e objetivos que procuram ser consolidados nesta proposta de construção de um sistema de informações.

O texto em questão defende a implementação da idéia de “*desenvolvimento enquanto apropriação de direitos*”, como eixo estruturador para o enfrentamento das situações de desigualdade entre nações e no interior dos seus respectivos tecidos socioespaciais. O autor parte da consideração de que o desenvolvimento deve ser encarado na sua “*forma pluridimensional*”, isto é, como processo que ao fundir-se à idéia de democratização, aponta para uma dinâmica jamais terminada de “*exercício da cidadania com vistas à expansão, à universalização e à apropriação efetiva dos direitos de primeira, segunda, terceira e quarta gerações*”, respectivamente: os “*direitos políticos, civis e cívicos*”; os “*direitos sociais, econômicos e culturais*”; os “*coletivos*” e os que garantem aos cidadãos “*o acesso aos patrimônios públicos – histórico, ambiental e econômico, assim como sua boa utilização*”. O desenvolvimento é então visto por Sachs (1998) como “*projeto (norma)*”, “*caminho histórico*” e “*processo de aprendizagem social*”, que deve aplicar-se à todas as nações. Para tanto, aposta na emancipação da sociedade civil organizada “*enquanto terceiro sistema auto-instituído de poder, ao lado do político e do econômico*”. Evocando a Declaração e o Programa de ação de Viena, adotados pela Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos da

ONU (junho de 1993), este autor propugna por um aperfeiçoamento do “*sistema de indicadores para avaliar o progresso na realização dos direitos enunciados*”, uma vez que considera o IDH demasiadamente sintético e quantitativo. Como contrapartida, crê na necessidade da elaboração de um “*relatório comunitário*” aprofundado sobre a “*condição humana*”, trabalho de fôlego, que não obstante o seu desafio e ousadia, seria de considerável utilidade e riqueza para a “*formulação de políticas públicas de desenvolvimento, centradas sobre a promoção das quatro gerações dos direitos humanos*”. Para tanto, deve-se “*pesquisar país por país, o estado de apropriação efetiva de cada direito, distinguindo-se a situação das diferentes categorias sociais*”.

Daí ser possível remeter a discussão para Santos (1986), quando o geógrafo parte para a análise da “*não-cidadania*” e da “*elaboração brasileira do não-cidadão*”. Esta última tem sua condição definida pela perversidade do inventário social e pelo aumento da polarização e das desigualdades, características da nossa formação socioespacial. A pobreza de nossos “*modelos cívico e político*”, está intimamente ligada à pouca importância dada ao componente territorial por parte das elites que os formularam.

Por outro lado, as “*revelações do espaço*” permitem que se perceba e que se entenda uma contradição que é básica. Ao mesmo tempo que o processo de produção do espaço conduz a situações de alienação, de “*socialização invertida*”, dividindo os homens conforme suas “*capacidades de usar o território*”, a cidade, com todas suas possibilidades e multidimensionalidades, pode conduzir a um aumento nos graus de consciência. Portanto, a desalienação e a reconstrução da cidadania (no caso brasileiro, a sua apropriação) se associam necessariamente ao “*direito ao entorno*”, traduzido nos direitos de (locais de) trabalho, terra, moradia, serviços públicos, espaços públicos, natureza, patrimônio histórico, cultural etc. O componente territorial é, dessa forma, fundamental para o entendimento dos contextos de desigualdade (de distribuição dos fixos, dos serviços, da informação, de acesso aos mercados etc.).

Para Santos (1986), a promoção da consciência e da pauta de direitos da cidadania, etapa necessária à construção de um “*discurso territorial cidadão*”, passa pela qualificação e socialização da informação, pela “*publicização dos fixos*” e por “*ações de âmbito territorial*” não-mercantis, isto é, que incluam os lugares (e os homens) em “*redes*” que não sejam mediadas exclusivamente pela lógica mercantil. A possibilidade de cidadania depende, em grande medida, do território. Os caminhos e possibilidades de enxergar o futuro e apresentar soluções, estão

invariavelmente ligados a este ensinamento de Santos (1986). Vale registrar aqui que, a exemplo da contribuição de Sachs (1998), percebe-se grande familiaridade entre os princípios, finalidades, regras de validação e funcionamento da proposição de sistema de informação que se procura construir e os aportes de Milton Santos.

O amadurecimento teórico desta pesquisa não poderia deixar de considerar também algumas referências e conceitos que se situam no campo da metodologia de Planejamento. Não se pode estar ausente desta discussão quando se pretende propor e implantar um sistema de informação para tomada de decisões.

O aporte teórico-metodológico que passa a orientar as atividades desta equipe no que diz respeito a uma determinada concepção e operacionalização de processo de planejamento, considera em primeiro lugar: o caráter estratégico da metodologia, tomada como instrumento facilitador, tanto da organização dos trabalhos e atividades da equipe ligada ao projeto, quanto da modelagem do próprio sistema de informação. Em segundo lugar, o caráter participativo que perpassa esta concepção, dado que, ao internalizar os princípios da transparência e da progressividade democrática, auxilia o sistema a: compreender a diversidade de situações às quais se defronta, identificar os problemas centrais, analisar tais problemas e elaborar propostas para solucioná-los, resultando em ações coordenadas voltadas para a minimização e/ou superação das situações de desigualdade e de exclusão socioespacial. Portanto, é esse caráter estratégico compartilhado que procura orientar as ações dos que participam de um processo permanente de planejamento tal como este projeto propugna, levando à criação de laços que *"promovem compromissos"* os quais, por sua vez, alavancam mudanças.

A idéia de que o planejamento é uma *"ferramenta"* fundamental não é nova. Todavia, a concepção do *"Planejamento Estratégico Situacional (PES)"* (Matus *apud* Ferreira, 2000a:02)) considera que, quando se pretende alcançar objetivos complexos, é melhor fazê-lo coletivamente. Daí a importância de um método que possibilite a compreensão e o compartilhamento de uma mesma linguagem que seja capaz de contribuir para a efetiva participação de todos os envolvidos na formulação e na operacionalização do processo e de suas partes. Considera ainda, que planejar, precisa ser um processo permanente, *"para que se possa garantir direcionalidade às ações desenvolvidas, corrigindo rumos, enfrentando imprevistos e buscando caminhar em direção aos objetivos que se quer alcançar"*. (Ferreira, 2000a: 03).

Nesse sentido, um processo de planejamento com tais características, considera que o coletivo de pessoas ou os indivíduos que dele participam, devem ser tomados como *"atores sociais"*, na medida que

controlam recursos, apresentam estabilidade em termos de organização e, portanto, adquirem capacidade de construir intervenções numa dada realidade. Todavia, os *"atores sociais"* podem apresentar visões e projetos distintos. Daí a necessidade de se construir um *"espaço"* que procure aglutinar e dar coerência às ações parciais dos diversos atores sociais envolvidos. O resultado deste esforço pode ser identificado, segundo esta concepção, nos conceitos de *"situação"* e de *"análise situacional"*. Uma análise sobre determinada situação depende necessariamente de *"quem explica, para que explica, a partir de qual posição explica e em face de quais outros explica"*.

Partindo de tais considerações que problematizam as situações e não apenas as descrevem, chega-se à *"explicação situacional"*, que se traduz no *"processo de conhecimento que leva os atores envolvidos a compreender o modo como um problema é produzido, identificando quais são as causas do(s) problema(s) e qual a relação entre elas"*. A partir daí, pode-se caminhar na direção da elaboração de plano(s) de ação. As palavras retiradas do próprio texto de referência dizem muito em relação a um dado componente geográfico, também presente nesta metodologia: *"a compreensão desta sequência de causas e de sua localização em espaços diferenciados de intervenção é fundamental para o desenho de um plano de ação"* (Ferreira, 2000a:05, grifos da autora).

3. A proposta do SIGI

A difusão dos sistemas de informação geográficos é crescente nos últimos anos. Esse intenso processo tem sido amplamente debatido em congressos e jornadas técnicas relativas ao tema e provocado uma verdadeira revolução conceitual e prática no manejo e análise da informação geográfica.

Segundo Sendra (1992), o SIG é uma sigla que pode estar se referindo a coisas diferentes. Há definições relacionadas ao tipo de informação que se baseia, ou seja, trata-se de uma base de dados computadorizada que contém informação espacial. Outras definições insistem nas capacidades e funções de que estão dotados os sistemas de informações geográficos: um sistema de hardware, software e procedimentos elaborados para facilitar a obtenção, gestão, manipulação, análise, modelagem, representação e saída de dados espacialmente referenciados para resolver problemas complexos de planificação e gestão.

A equipe de pesquisa do Sistema de Informação Geográfico Intersetorial (SIGI), que está sendo desenvolvido em Presidente Prudente, entende que a finalidade deste dispositivo é o de conceber um modelo estabelecido para satisfazer necessidades de informações que respondam a um conjunto de perguntas concretas e geradas nos diferentes níveis da realidade local.

3.1. Princípios

- A - Garantir a disseminação e utilização das informações da forma mais ampla possível.
- B - Contribuir para a democratização da informação e a prática do planejamento e da tomada de decisão participativos.
- C - Criar mecanismos de gerenciamento permanente que envolvam os usuários na definição, produção, divulgação e avaliação de informações a respeito da eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas.
- D - Contribuir para a capacitação e desenvolvimento técnico de quem participa do Sistema, numa perspectiva intersetorial.
- E - Respeito ao direito de privacidade do cidadão.

3.2. Finalidades

Apoiar e acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação de políticas públicas que enfrentem as várias situações de desigualdade (econômica, social e ambiental) de condições de vida em Presidente Prudente.

3.3. Regras de Funcionamento

Trata-se de um sistema informatizado que:

- A - Processa dados georreferenciados com diferentes níveis de agregação/desagregação das informações.
- B - Possui mecanismos de produção da informação claros, transparentes e de fácil apreensão.
- C - Garante o acesso das informações para quem gera os dados.
- D - Possui um modelo de gerenciamento que assegura a consistência das variáveis trabalhadas e avalia permanentemente sua eficácia para auferir o grau exclusão social.
- E - Assegura a atualização permanente das bases de dados.

3.4. Potencialidades

A metodologia em desenvolvimento aponta para um potencial de uso futuro em outras realidades urbanas com perfil semelhante ao de Presidente Prudente. Contribuições recentes sobre a dinâmica da urbanização brasileira (estudos urbanos em geografia, sociologia, economia), têm mostrado a ocorrência de um certo padrão de produção do espaço urbano que se realiza em uma extensa faixa interna ao território do centro-sul brasileiro. As porções oeste dos Estados do Sul do Brasil, assim como do Estado de São Paulo; os territórios do Mato Grosso do Sul, do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás abrigam centros médios que, diferentemente das cidades dos entornos metropolitanos (e evidentemente das suas sedes), mantêm dinâmicas

socioespaciais locais que ainda não estão completamente subordinadas às determinações políticas e econômicas da metrópole nacional.

Nesse sentido, esta proposta de construção do SIGI prioriza fontes e bases de dados secundárias que estão presentes e, sem maiores dificuldades, são acessíveis em quaisquer das cidades de porte médio⁴ existentes nesta faixa do território nacional. Quanto às fontes, destacam-se: as prefeituras, os órgãos da administração direta e indireta nos seus diferentes níveis de atuação (municipal, estadual, federal), prestadores de serviços públicos, universidades, entidades de caráter público ligadas às sociedades locais, organizações não-governamentais, entre outras. Quanto às bases de dados, cabe registrar uma vasta gama de cadastros e de registros de serviços e atendimentos, tais como: cadastros imobiliários, de emprego, de demanda e de uso de serviços públicos, de programas sociais, de endereços, etc., inclusive de sistemas de informação de âmbito nacional já implantados, como são os casos do SIM e do SINASC.

Assim, a concepção do SIGI deve considerar o seu potencial de extensão e de difusão no território, ou seja, a sua adequabilidade em relação às situações e dinâmicas socioespaciais que compartilham, pelo menos em certo nível de agregação e abrangência, de características, circunstâncias e dimensões comuns.

4. O Comitê Decisório

Desde sua concepção original, este projeto procura integrar a equipe de pesquisadores à equipe parceira, no caso composta por funcionários e equipe de governo da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

Esta integração, além de atender a um dos requisitos do Programa "Políticas Públicas", atende também a uma estratégia de construir um Sistema de Informação Geográfico Intersetorial, que seja efetivamente democrático, participativo e que integre os gestores locais das Políticas Públicas em sua concepção, implantação e operacionalização.

O trabalho com a equipe parceira iniciou-se com uma cooperação, no sentido de busca e captura dos dados e variáveis considerados relevantes, nesta primeira fase do projeto. Além disso, a equipe da Prefeitura

⁴ Está claro para esta pesquisa, que o aprofundamento da temática das cidades médias faz parte da pauta de investigações que deve continuar lastreando o amadurecimento teórico do grupo na segunda fase do projeto. Cabe ainda registrar, que o coordenador deste projeto e três dos membros desta equipe fazem parte de um grupo de pesquisa sediado na FCT/UNESP, P. Prudente (Grupo Acadêmico sobre a Produção do Espaço e suas Redefinições Regionais - GASPER), que coloca como prioritário na sua pauta de trabalho, o entendimento e o desvendamento de dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas em centros urbanos do Oeste paulista.

desempenhou papel ativo na organização e compatibilização da base digital (Mapa de Presidente Prudente) para sua utilização no LAGHU.

A partir do momento em que cada produto parcial (mapas) foi sendo gerado, a equipe de pesquisadores sentiu a necessidade de ampliar a equipe parceira, incorporando membros da administração municipal diretamente relacionados aos programas de enfrentamento da exclusão social. A vinda de dois secretários do governo (Educação e Assistência Social), outros membros de sua equipe e da responsável pelo Programa de Saúde, requalificou a equipe parceira, na medida em que ampliou a capacidade do grupo de pesquisadores no momento da análise situacional.

Para além disto, iniciou-se um processo de discussão entre as duas equipes, na direção da constituição de um comitê permanente de gestão das informações, da definição sobre quais indicadores dados poderiam ser construídos e as regras e formas de operacionalização do Sistema de Informação.

Este grupo que, consensualmente, denomina-se Comitê Decisório, já se reuniu duas vezes e passou a partir de então, a fazer parte do projeto nesta primeira etapa, devendo continuar em sua segunda fase.

Na primeira reunião, foram apresentados e discutidos os mapas produzidos, daí resultando o consenso sobre a necessidade urgente em sistematizar dados e produzir informações que auxiliem no planejamento, na intervenção e na avaliação das Políticas Públicas, inclusive aquelas já em desenvolvimento

Na segunda reunião, os membros do comitê passaram a apontar e avaliar os dados adicionais disponíveis em suas secretarias e sua potencialidade para a construção de indicadores de exclusão social. Tais dados, a serem incorporados pelo grupo de pesquisa em momento oportuno, certamente ampliará o potencial do SIGI.

Referências Bibliográficas

- ACÚRCIO, Francisco de Assis et alii. **Notas sobre a técnica de estimativa rápida**. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 1995, xerografado.
- ADRIANO, Jaime Rabelo et alii. **Manual de planejamento**. Belo Horizonte: ESMIG/NESCON/UFGM, 1998, xerografado.
- BARATA, Rita Barradas (org). **Condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. 276p.
- FERNANDEZ-VÍTORA, Vicente Conesa. **Guía Metodologica para la evaluación del impacto ambiental**. Madrid: Mundi-Prensa, 1993.
- FERREIRA, Sibebe M^a. G. **Conceitos fundamentais referentes ao planejamento**. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 2000a, xerografado.

FERREIRA, Sibebe M^a. G. **Algumas considerações sobre a importância e o papel da informática para um sistema de informação em saúde**. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 2000b, xerografado.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTAUDAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo: primeiros resultados**. São Paulo: SEADE, 1992.

GOMES, Jayme de Oliveira. **Mortalidade infantil em Presidente Prudente/SP, 1990-1992**. São Paulo: FSP/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Raul Borges (coord.). **A exclusão social em Presidente Prudente e seu processo de mapeamento**. Presidente Prudente, LAGHU/FCT/UNESP, 1997, xerografado.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZINI, Eliane Teixeira. **De lixo em lixo em Presidente Prudente (SP): novas áreas, velhos problemas**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Monografia de Bacharelado).

MELAZZO, Everaldo Santos. **Dinâmica imobiliária e transformações intra-urbanas**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição a análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999. (Monografia de Bacharelado).

MENDES, Eugênio Vilaça et alii. **Manual para a elaboração de um plano de ação intersetorial e participativo para a construção de cidades saudáveis**. Belo Horizonte: ESMIG/Fundação Ezequiel Dias, 1997, xerografado.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Os muitos brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995

NUNES, Edson. "Carências e modos de vida". **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 4, n. 2, abr-jun. 1990, p. 2-8.

PENNA, Maria Lúcia Fernandes. "Coleta de dados ou sistema de informação? O método epistemológico na avaliação de serviços de saúde". **Caderno do IMS 1**. Rio de Janeiro, UERJ, Instituto de Medicina Social, n.2, p.67-78, 1987.

- PNUD/ONU. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/ONU – IPEA/Min. Orçamento e Gestão, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. “Termo Aditivo”**. Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e a Universidade Estadual Paulista - UNESP. **Pres. Prudente, 1998**.
- PRETECEILLE, Edmond. “Segregação, classes e política na grande cidade”. **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR, ano X, n. 2, 1996, p. 15-37.
- RUTSTEIN, A. et alli. “*Measuring the quality of medical care – a clinival method*”. **New England Journal of Medicine**, n.294, p.582-588, 1976.
- SACHS, Ignacy. “O desenvolvimento enquanto apropriação dos Direitos Humanos”. SP. USP. **Estudos Avançados** 12 (33), 1998.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SENDRA, Joaquin Bosque. **Sistemas de información geográfica**. Madrid: Ediciones RIALP, 1992.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUZA, Cláudio José de et alii. **Mapa das áreas urbanas de exclusão social em Presidente Prudente, SP**. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, 1997.
- SOUZA, Cláudio José de. **Qualidade de vida e indicadores ambientais na cidade de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (Relatório de Pesquisa).
- SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social no município de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério et alii. “O transporte coletivo em Presidente Prudente”. **Revista de Geografia**. São Paulo: UNESP, n. 5/6, 1985/1986, p. 83-104.
- _____. **Ponto por ponto. O transporte coletivo em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Relatório de Pesquisa).
- SPOSITO, Maria Encarnação B. “Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas”. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 4, 1996, p. 71-86.
- UNESCO. **Manual de Pesquisa Social nas zonas urbanas**. São Paulo: Pioneira, 1965.

RELAÇÕES INTERSETORIAIS E A APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA NA PRODUÇÃO DE FRUTA PARA O CONSUMO *IN NATURA* NA REGIÃO DE JALES - SP

Celso Donizete LOCATEL¹

RESUMO: Para analisar a integração dos produtores familiar à dinâmica econômica contemporânea partiu-se da desvinculação da noção de pequeno produtor de agricultura familiar, já que os mesmos não são sinônimos. Também considerou-se as ligações intersetoriais da agricultura com os demais setores da economia para verificar o grau de associação das unidades de produção ao capital. O simples desenvolvimento de uma atividade agrícola, por mais vantajosa que seja, não garante ao agricultor se apropriar de toda a renda gerada por essa atividade. Não há dúvida que o desenvolvimento da fruticultura na Região de Jales dinamizou a produção agrícola. Contudo, há que se considerar que, tendo esta atividade estreitas ligações com os setores da indústria à montante, financeiro e de comercialização da produção, a maior parte da renda da terra gerada por essa atividade é apropriada pelo capital comercial, industrial e bancário, o que possibilita apenas a reprodução simples da maior parte dos produtores.

PALAVRAS CHAVES: Sujeição da renda da terra, agricultura familiar, pequeno produtor, relações intersetoriais, fruticultura.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das reflexões realizadas no desenvolvimento da pesquisa que originou a dissertação de mestrado intitulada “O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales – SP”², defendida recentemente na FCT/UNESP.

Pretende-se, aqui, levantar alguns elementos que possam contribuir para a discussão sobre as interrelações da agricultura com outros setores, a partir do uso de insumos industriais, em atividades modernas, praticadas por agricultores familiares, por um lado, e a inserção do produto agrícola no mercado oligopsonizado, por outro, e a apropriação da renda da terra.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

² Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.